



Relatório de Gestão 2020

- Apresentação e Resumo Histórico

A Santa Casa da Misericórdia da Praia da Vitória foi fundada em 1498, contando já com mais de 500 anos ao serviço da comunidade Praiense.

O seu galardão evidencia a Instituição como a “ mais benemérita do concelho”. São pois muitos os que ao longo destas cinco centenas de anos, dedicaram de muitas formas aos que sofrem de doença, pobreza ou de exclusão social.

Como é referido na Memória Histórica desta Santa Casa (1998, pág. 10), deveremos continuar a “avançar para junto dos que necessitam de apoio, sob formas de integração plena na comunidade, distribuindo os recursos disponíveis, numa palavra promovendo a justiça social como factor e condição de cidadania”.

Neste sentido a Santa Casa da Misericórdia de Praia da Vitória é hoje uma Instituição Particular de solidariedade Social, sem fins lucrativos, que estende a sua actividade por várias áreas da solidariedade social. Embora o seu campo de acção possa transcender as áreas da chamada segurança social, os fins que, de modo principal, prosseguirão serão, efectivamente, o apoio à família, sob qualquer das formas que possa revestir, a protecção à infância, à juventude e à velhice e formação profissional.

Para dar resposta a cerca de 350 utentes diários a Misericórdia conta com todo um conjunto de valências das quais realçamos: a Rede Educativa com creche, jardim-de-infância, ATL, ludoteca e centro de informática, as unidades residenciais do tipo familiar para acolhimento de crianças e Jovens, o centro de apoio integrado à mulher vítima de violência, o centro de acolhimento masculino para cidadãos em situação de sem abrigo, o projecto “Saltus” de intervenção junto dos jovens em risco, o centro de economia solidária com uma rede de micro empresas de inserção social, o núcleo de prevenção e combate à violência doméstica e o Centro de Desenvolvimento e Inclusão Juvenil. Procura-se acima de tudo aprofundar e renovar os instrumentos de política social orientada para a redução da pobreza e da exclusão social, trabalhando na implementação de medidas sociais pró-activas de integração e solidariedade.

- Descrição das Valências

A Santa Casa da Misericórdia de Praia da Vitória, no âmbito da sua intervenção social, integra diversas valências:

- **Educativas** - respondem às necessidades da comunidade em termos de creche, jardim-de-infância e actividades de tempos livres;

- **Acolhimento** - responde às necessidades da comunidade nas seguintes vertentes:

- **Tueri** (menores com medida de promoção e protecção).

- **Solisvita** (mulheres adultas vitimas de violência domestica, sem abrigo, com ou sem filhos).

- **Domus Spei** (homens adultos em situação de sem abrigo).

- **Prevenção** – avalia e intervém em problemáticas psicossociais identificadas na comunidade:

-**NIPCVD** (núcleo de iniciativas de prevenção e combate à violência domestica).

-**Saltus** (centro de actividades ocupacionais para jovens com comportamentos de risco).

- **CDIJ Fortis** (centro de desenvolvimento e inclusão juvenil).

- **ETIS-CES – Economia solidária** – desenvolve actividades económicas, proporcionando formação profissional, pessoal e social, com componente de produção e comercialização, contribuindo para a criação e manutenção de postos de trabalho;

- **Etis Bar**

- **Etis Online**

- **Circuito Arte & Prendas**

– **Actividades comerciais orientadas para as necessidades da comunidade** - suporte para a sustentabilidade dos projectos sociais:

- **Farmácia**

- **Posto farmácia**

– **Serviços Religiosos**

- Política da Qualidade

Missão

A Missão da SCMPV é servir a comunidade respondendo às necessidades de cariz social, nas diferentes áreas de intervenção, assente nos valores da solidariedade, profissionalismo e confiança.

Visão

Ser uma referência na comunidade em termos de solidariedade social, com mecanismos de sustentabilidade adequados/assegurados.

Valores

- Solidariedade
- Profissionalismo
- Dinamismo
- Confiança
- Honestidade/Integridade

Relatório de Actividades 2020

Rede Educativa

- Continuação das formações e acções de sensibilização para todos os colaboradores da rede educativa;
- Cumprimento do plano educativo e respectivas actividades lúdico pedagógicas de acordo com a altura do ano lectivo (Programa recolha de pilhas, participação no Outono Vivo, hortas pedagógicas);
- Aulas de música;
- Reestruturação de espaço em São Lázaro (antigo Jardim de infância São Lázaro II) para funcionamento da Ludoteca;
- Conclusão das obras de beneficiação do dormitório do Jardim de São Lázaro;
- Pintura do Centro Social de Santa Rita.

Alguns dados de frequências:

Creche de São Lázaro: Média de 44 utentes mês;

Creche de Santa Rita: Média de 23 utentes mês;

Jardim de Santa Rita: Média de 35 utentes mês;

Jardim de São Lázaro: Média de 54 utentes mês;

ATL Santa Rita: Média de 20 utentes mês;

ATL/Ludoteca: Média de 54 utentes mês;

Acolhimento, Intervenção Comunitária e Formação de Competências

- Integração de utentes em cursos e actividades de aperfeiçoamento de competências pessoais e sociais;
- Comemoração do dia internacional da mulher;
- Continuação da implementação do Plano Regional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica;
- Realização de actividades lúdico-pedagógicas em todas as valências (artes plásticas, expressão dramática);
- Desenvolvimento de actividades físico-desportivas;
- Desenvolvimento de acções de formação em informática;
- Participação em actividades e formações da rede de apoio ao cidadão em situação de exclusão social da Ilha Terceira;
- Compra de Imóvel para funcionamento do Projecto CDIJ;
- Aquisição de viatura de 9 lugares.
- Desenvolvimento formação em treino de competências relacionais e laborais;

TUERI: Média de 15 utentes mês;

Domus Spei: Média de 10 utentes mês;

Solisvita: Média de 3 utentes mês;

Saltus: Média de 18 utentes mês;

Centro de Convívio: Média de 25 Utentes mês;

CDIJ: Média de 16 utentes mês;

Etis-CES

- Actividades horticultura, limpeza de pomares e terrenos agrícolas em parceria com o centro de acolhimento masculino Domus Spei (Estufa);
- Continuidade de toda a actividade de economia social a nível do Bar, Atelier de costura e Loja de comercialização;

Grupo Farmácia

- Avaliou-se candidaturas a fontes de financiamento no âmbito do Açores 2020;
- Aquisição de equipamentos (PC's e servidore na farmácia).

Geral

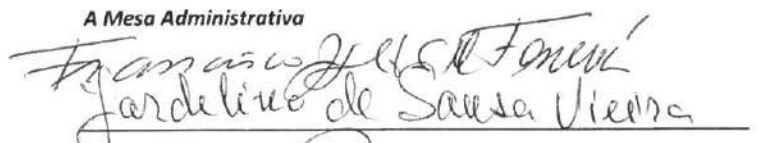
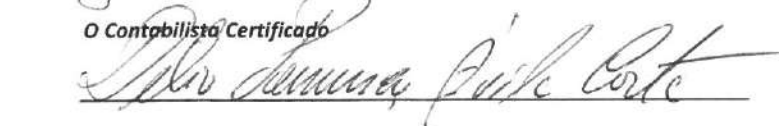
- Continuação da conservação e reparação de todo o património da Misericórdia;
- Conclusão do restauro de pintura do século XVII, São João Baptista e São Pedro, da igreja de Santo Cristo;
- Continuamos a mover diligências no sentido se acordar as alterações necessárias aos vários acordos de cooperação, mormente obtendo um funcionamento por utente ao valor padrão adequado e suficiente para as actuais despesas com pessoal desta instituição;

- Classificação do Claustro do antigo hospital.

**Pela Mesa Administrativa
O Provedor**

Demonstração de Resultados por Natureza do período 1 a 13 de 2020

Código de Contas		Rendimentos e Gastos	Notas	Exercícios		
Pos	Neg			2020	2019	Var %
71/72		Vendas e serviços prestados		2 308 357,50	2 324 470,02	-0,69%
75		Subsídios, doações e legados à exploração		1 870 396,00	1 650 618,96	13,31%
73		Varição de inventários na produção		0,00	0,00	0,00%
74		Trabalhos para a própria entidade		26,00	328,69	-92,09%
	61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-1 728 572,84	-1 691 118,45	2,21%
	62	Fornecimentos e serviços externos		-226 548,37	-288 379,88	-21,44%
	63	Gastos com pessoal		-2 061 766,21	-1 992 042,75	3,50%
7622	652	Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00%
7621	651	Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00%
763	67	Provisões (aumentos/reduções)		-4 310,00	0,00	0,00%
7638/9	678/9	Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00	0,00%
7623;7627, 653;657/8		Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00%
77	66	Aumentos / reduções de justo valor		0,00	0,00	0,00%
78+791		Outros rendimentos		150 162,40	214 724,85	-30,07%
	68	Outros gastos		-38 340,94	-37 717,34	1,65%
		Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		269 403,54	180 884,10	48,94%
761	64	Gastos / reversões de depreciação e de amortização		-155 352,71	-150 166,00	3,45%
		Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		114 050,83	30 718,10	271,28%
79-791		Juros e rendimentos similares obtidos		0,29	3,76	-92,29%
	69	Juros e gastos similares suportados		-4 944,27	-5 485,11	-9,86%
86		Resultado antes de impostos		109 106,85	25 236,75	332,33%
812		Impostos sobre o rendimento do período		0,00	0,00	0,00%
		Resultado líquido do período		109 106,85	25 236,75	332,33%

A Mesa Administrativa

 Jardelino de Sousa Vieira
 O Contabilista Certificado

 Paulo António Silva Cortez

Balanço do período 1 a 14 de 2020

	Notas	2020	2019
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Bens do património histórico e cultural		3 834 578,45	3 574 623,20
Ativos Intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		4 108,17	3 111,22
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/associados/Membros		0,00	0,00
Outros créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
Subtotal		3 838 686,62	3 577 734,42
Ativo corrente			
Inventários		268 336,45	255 355,70
Créditos a receber		142 606,94	136 204,80
Estado e outros entes públicos		49,92	6,95
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/associados/Membros		0,00	0,00
Diferimentos		41 409,36	61 015,87
Outros ativos correntes		50 295,80	66 637,22
Caixa e depósitos bancários		923 953,85	1 030 548,88
Subtotal		1 426 652,32	1 549 769,42
Total do ativo		5 265 338,94	5 127 503,84
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		2 908 414,79	2 883 178,04
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados		0,00	0,00
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajust. / Outras variações de fundos patrimoniais		1 302 163,30	1 281 543,21
Subtotal		4 210 578,09	4 164 721,25
Resultado líquido do exercício		109 106,85	25 236,75
Total dos fundos patrimoniais		4 319 684,94	4 189 958,00
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		168 090,00	163 780,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		115 242,44	177 722,85
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
Subtotal		283 332,44	341 502,85
Passivo corrente			
Fornecedores		161 310,22	149 962,00
Estado e outros entes públicos		58 636,26	52 080,43
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/associados/Membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		40 663,14	0,00
Diferimentos		107,14	0,00
Outros passivos correntes		401 604,80	394 000,56
Subtotal		662 321,56	596 042,99
Total do Passivo		945 654,00	937 545,84
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		5 265 338,94	5 127 503,84

A Mesa Administrativa

O Contabilista certificado

Francisco José de Faria
Jardelino de Sousa Vieira



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

RUBRICAS	2020	2019
Fluxo de caixa das actividades operacionais - método directo		
Recebimentos de clientes	4 201 268,16	3 971 804,57
Pagamentos a fornecedores	-1 466 202,61	-1 373 851,07
Pagamentos ap pessoal	-2 061 766,21	-1 992 042,75
Caixa gerada pelas operações	673 299,34	605 910,75
Pagamentos/recebimentos de imposto Iva	-20 978,35	-25 917,05
Outros recebimentos/pagamentos	-440 074,27	-377 458,33
Resultados extraordinarios		
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	212 246,72	202 535,37
Fluxos de caixa das actividades de investimentos		
Pagamentos respeitante a:		
Activos fixos tangiveis	-393 076,19	-125 404,56
Outros activos Subsídios		
Recebimentos provenientes de:		
Activos fixos tangiveis		
Outros activos		
Subsídios ao investimento	100 862,21	8 832,27
Juros e rendimentos similares		
Dividendos		
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	-292 213,98	-116 572,29
Fluxos de caixa das actividades de financiamento M L P		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos (médio e longo prazo)		
Realizações de capital e de out instrumentos de capital próprio		
Cobertura de prejuizos		
DoaçõesDiferença		
Sócios		
Outras operações de financiamento (médio e longo prazo)		
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos (médio e longo prazo)	-21 683,50	-41 350,22
Juros e gastos similares	-4 944,27	-5 480,31
Dividendos		
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		
Outras operações de financiamento (médio e longo prazo)		
Fluxos de caixa das actividades de financiamento de mlp (3)	-26 627,77	-46 830,53
Fluxos de caixa das actividades de financiamento a curto prazo		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos (curto prazo)		
Outras operações de financiamento (curto prazo)		
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos (curto prazo)		
Juros e gastos similares		
Outras operações de financiamento (curto prazo)		
Fluxos de caixa das actividades de financiamento a curto prazo (4)		
Variações de caixa e seus equivalentes (1+2+3+4)	-106 595,03	39 132,55
Efeito das diferenças de cambio		
Caixa e seus equivalentes no inicio do periodo	1 030 548,88	991 416,33
Caixa e seus equivalentes no fim do periodo	923 953,85	1 030 548,88

José delio de Sousa U'erna
Francisco de Souza

Delio Souza, P. U. Costa



ANEXO

NORMA CONTABILISTICA E DE RELATO FINANCEIRO PARA AS ENTIDADES DO SECTOR NÃO LUCRATIVO

EXERCÍCIO DE 2020

1 - IDENTIFICAÇÃO

SANTA CASA DA MISERICORDIA DA PRAIA DA VITORIA, Pessoa colectiva com o nº 512011168, é considerada Instituição Particular de Solidariedade Social, sem fins lucrativos, nos termos do nº 1 do art.º 94 do Estatuto das Instituições Particular de solidariedade Social, aprovado pelo art.º 1º do Dec. Lei nº 119/83 de 25 de Fevereiro, aplicado à Região Autónoma dos Açores pelo Decreto Legislativo nº 26/84/A de 28 de Agosto, foi efectuado o registo dos estatutos desta Instituição nos termos do art.º nº 1 da Portaria nº 71/84 de 13 de Novembro, no Livro das Irmandades das Santas Casas de Misericórdia, sob o nº 14 a folhas 19.

O objecto principal é praticar a solidariedade social, concretizada nas obras de misericórdia, e realizar actos e culto católico, conforme o art.º nº 1 dos seus estatutos. Com o objectivo de angariar receitas para conseguir praticar a solidariedade, a Santa Casa é proprietária de uma Farmácia na Cidade da Praia da Vitória, e um Posto Farmacêutico na freguesia dos Biscoitos, também desenvolve actividades na área de assistência há família nomeadamente em colégios e creches, na rua de Jesus é proprietária de um imóvel onde desenvolve diversas actividades sociais, tem a sua sede na Rua do Hospital, 18 - Freguesia de Santa Cruz, Cidade da Praia da Vitória.

Por despacho conjunto de Suas Excelências o Ministro das Finanças e o Ministro da Solidariedade s Segurança Social, conforme ofício n.º 46235 de 30 de Setembro de 1996, foi reconhecida a isenção de IRC quanto às seguintes categorias, C, E, F, e G, confirmado pelo art.º 1 da Lei 9/85, que estipula o seguinte; As instituições particulares de solidariedade social, uma vez registadas nos termos dos artigos 7.º e 8.º do estatuto aprovado pelo Dec. Lei 119/85, de 25 de Fevereiro, ficam isentas de: a) Imposto de selo; b) custas Judiciais.

As notas explicativas a seguir apresentadas respeitam às demonstrações financeiras individuais.



As demonstrações financeiras são apresentadas em Euros, dado que esta é a divisa Utilizada preferencialmente no ambiente económico em que a Instituição opera, logo a moeda funcional. As operações em moeda estrangeira são incluídas nas demonstrações financeiras de acordo com a política descrita no aviso n.º 15654/2009 de 07 de Setembro.

2 - REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Referencial contabilístico

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com as disposições da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo do Sistema de Normalização Contabilística (“ESNL”), emitida e em vigor em Portugal, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, e publicada no Aviso n.º 8259/2015 do Diário da República, 2.ª série, n.º 146, de 29 de julho de 2015, aplicável aos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

3 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Santa Casa, de acordo com a convenção do custo histórico.

As demonstrações financeiras da Santa Casa são comparáveis ao longo dos exercícios económicos.

A Santa Casa reconhece os seus ganhos e perdas à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes ganhos e perdas são reconhecidos em rubricas de acréscimos e de diferimentos.

3.2 Imparidade de ativos

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o activo se encontra registado possa não ser recuperável, é efectuada uma avaliação de imparidade dos activos. Sempre que o montante pelo qual o activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada em resultados.



A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo, numa transacção entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil.

3.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o que compreende o seu preço de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis para colocar o activo na localização e condição necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida e sempre que aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado.

Após o reconhecimento inicial, os activos fixos tangíveis são registados pelo custo menos qualquer depreciação acumulada subsequente e perdas por imparidade acumuladas subsequentes.

Os dispêndios com reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gasto do período em que incorridos. Os dispêndios com inspeção e conservação dos ativos são registados como gasto.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. A quantia depreciável de um activo é determinada após dedução do seu valor residual, sempre que este não é considerado imaterial.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimados. Existindo algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da



quantia residual de um activo, é revista a depreciação desse activo de forma prospectiva para reflectir as novas expectativas.

3.4 Ativos Intangíveis

Após o reconhecimento inicial, os activos intangíveis são registados pelo custo menos qualquer depreciação acumulada subsequente e perdas por imparidade acumuladas subsequentes.

As amortizações dos activos intangíveis são calculadas de acordo com o método da linha recta, ou outro método que reflecta o modelo pelo qual se espera que os futuros benefícios económicos do activo sejam consumidos pela entidade em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As vidas úteis e método de amortização dos vários activos intangíveis são revistos anualmente, sendo o efeito de qualquer alteração a estas estimativas reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

Os activos intangíveis com vida útil indefinida são amortizados num período de 10 anos, sendo também sujeitos a testes de imparidade, anualmente ou quando haja uma indicação de que o intangível possa estar em imparidade.

3.5 Provisões e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas quando a Santa Casa tem uma obrigação presente: i) legal ou construtiva resultante de eventos passados; ii) para a qual é mais provável, do que não, que seja necessário o dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e iii) cujo montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a Santa Casa divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação, utilizando-se uma taxa antes de impostos que reflita a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.



3.6 Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e recompensas associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, por forma a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação.

Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecido como uma redução ao gasto com a locação, igualmente numa base linear.

As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que ocorrem.

3.7 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos. O rédito reconhecido não inclui IVA e outros impostos liquidados.

O rédito proveniente das prestações de serviços, das quotizações e das comissões é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Santa Casa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Santa Casa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.



3.8 Instrumentos financeiros

Reconhecimento

A Santa Casa reconhece um ativo financeiro ou um passivo financeiro apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Mensuração

Os seguintes instrumentos financeiros são mensurados ao custo menos perda por imparidade:

- a) Ativos e passivos financeiros tais como clientes, fornecedores, contas a receber, contas a pagar ou empréstimos bancários, incluindo os em moeda estrangeira; e
- b) Contratos para conceder ou contrair empréstimos.

Os instrumentos financeiros negociados em mercado líquido e regulamentado, devem ser mensurados ao justo valor, reconhecendo-se as variações deste por contrapartida de resultados do período. A Santa Casa não tem instrumentos financeiros mensurados ao justo valor.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo financeiro ou passivo financeiro, desde que este seja mensurado ao custo menos perda por imparidade.

Desreconhecimento de ativos financeiros

Uma entidade deve desreconhecer um ativo financeiro apenas quando:

- a) Os direitos contratuais aos fluxos de caixa resultantes do ativo financeiro expiram; ou
- b) A entidade transfere para outra parte todos os riscos significativos e benefícios relacionados com o ativo financeiro; ou
- c) A entidade, apesar de reter alguns riscos significativos e benefícios relacionados com o ativo financeiro, tenha transferido o controlo do ativo para uma outra parte e esta tenha a capacidade prática de vender o ativo na sua totalidade a uma terceira parte não relacionada e a possibilidade de exercício dessa capacidade unilateralmente sem necessidade de impor restrições adicionais à transferência. Se tal for o caso a entidade deve desreconhecer o ativo e reconhecer separadamente qualquer direito e obrigação criada ou retida na transferência.

Desreconhecimento de passivos financeiros

A Santa Casa desreconhece um passivo financeiro (ou parte de um passivo financeiro) apenas quando este se extingue, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja liquidada, cancelada ou expire.



Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes em causa correspondem aos valores de caixa e depósitos bancários, vencíveis em ou a menos de três meses e que possam ser imediatamente realizáveis sem risco significativo de alteração de valor.

3.9 Inventários

Os Inventários são valorizados ao menor entre o seu custo e o valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso normal da atividade deduzido dos respetivos custos de venda. A técnica de mensuração do custo de Inventários é o valor das faturas mais todas as despesas até ao local de armazenagem.

O método de custeio adotado para a valorização das saídas de armazém é o custo médio ponderado ou custo específico).

3.10 - Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo são reconhecidos pelo seu justo valor e apenas quando existe segurança razoável de que será recebido e que a Instituição cumprirá as condições inerentes aos mesmos.

Os subsídios do Governo relativos à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente registados no capital próprio e subsequentemente reconhecidos em resultados, proporcionalmente às depreciações dos ativos associados.

Os subsídios do Governo relacionados com rendimentos, são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados pelo período necessário para os balancear com os gastos que se destinem a compensar.

O benefício resultante de um financiamento do Governo (ou equivalente) a uma taxa de juro inferior ao mercado é tratado como um subsídio do Governo, sendo mensurado como a diferença entre o montante recebido e o justo valor do empréstimo determinado tendo por base as taxas de juro de mercado.

Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.



3.11 Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“*adjusting events*”) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (“*non adjusting events*”) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

Não ocorreram quaisquer eventos na Santa Casa suscetíveis de enquadramento no âmbito dos acontecimentos após a data do balanço.

3.11 - Custos com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto do período em que sejam incursos, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios e em conformidade com o método da taxa de juro efetiva.

3.12 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Santa Casa são continuamente avaliadas, representando à data de relato a melhor estimativa da Direção, tendo em conta o desempenho, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias, se consideram ser razoáveis. A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. A Direção considera que quaisquer estimativas e julgamentos intrínsecos às presentes demonstrações financeiras não apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material nas quantias escrituradas dos ativos e passivos, no decurso de períodos seguintes.

As principais estimativas subjacentes nas Demonstrações Financeiras são as seguintes:

- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis
- Estimativas de férias e subsídios de férias do pessoal
- Provisões do exercício



4. Ativos fixos tangíveis

As variações nos ativos fixos tangíveis foram os seguintes:

Rubricas	2019	Reavaliação/ajustamento	Aumentos	Depreciação	Transferências e abates	2020
Ativos Fixos Tangíveis						
Terrenos recursos naturais	146 913,36					146 913,36
Edifícios e outras construções	5 028 194,85		381 943,00			5 410 137,85
Equipamento básico	1 159 480,72		7 649,43			1 167 130,15
Equipamento de transporte	204 814,44		23 302,96			228 117,40
Equipamento administrativo	99 845,63		4 095,00			103 940,63
Outros activos tangíveis	225 964,50		5 202,13			231 166,63
Investimentos em Curso	5 800,00					5 800,00
Total do Activo	6 871 013,50		422 192,52			7 293 206,02
Depreciações Acumuladas						
De Edifícios e outras construções	1 698 352,93			128 213,49		1 826 566,42
De Equipamento Básico	1 121 438,33			10 928,78		1 132 367,11
De Equipamento de Transporte	204 814,44			776,77		205 591,21
De Equipamento Administrativo	98 033,88			2 049,58		100 083,46
De Outros Activos Tangíveis	180 635,28			13 384,09		194 019,37
Total das Depreciações Acumuladas	3 303 274,86			155 352,71		3 458 627,57
Activo Líquido	3 567 738,64		422 192,52	310 705,42		3 834 578,45

As taxas médias de depreciação são as seguintes:

Rubricas	Taxa média
Edifícios	2,00%
Equipamento Básico	12,50%
Equipamento Administrativo	33,33%
Outros AFT	entre 10% e 25%

5 - Investimentos Financeiros

Rubricas	2019	Aumentos	Depreciações	2020
Outros ativos Financeiros	3 111,22	996,95		4 108,17
Depreciações Acumuladas				
Activo Líquido	3 111,22 €	996,95		4 108,17 €



6 - Inventários

O detalhe dos inventários a 31 de dezembro de 2020 é o seguinte:

Inventários

	Mercadorias	Mat.prima,subsid. E mat. Diversos
Existências Finais	257 207,36	11 129,09
Existências Iniciais	245 289,40	10 066,30
Variação das Existências	11 917,96	1 062,79

7 - Outra contas a receber

A decomposição da rubrica de outras contas a receber é a seguinte:

	Debito	Credito
Fornecedores de Investimentos	23 888,56	
Dev/cred p/acrescimos de Gastos		350 147,88
Utentes do Tueri		33 421,72
Fundo de Maneio	2 372,42	
Outros Dev. E Credores	2 128,97	
Totais	28 389,95	383 569,60

8 - Caixa e equivalentes de caixa

O detalhe da rubrica de disponibilidades é o seguinte:

Disponibilidades

Designação	Caixa	Depositos
Finais	3 989,36	919 964,49
Iniciais	4 008,68	1 026 540,20
Variação	-19,32	-106 575,71



9 - Provisões e ajustamentos

O desenvolvimento da conta de Provisões é o seguinte:

Contas	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
29,1 Impostos				
29,2 Garantias a clientes				
29,3 Processos judiciais em curso				
29,4 Acidented de Trabalho e doenças				
29,6 Contratos onerosos	163 780,00	4 310,00		168 090,00
29,7 Reestruturação				
29,8 Outras provisões				
Totais	163 780,00	4 310,00		168 090,00

O valor reconhecido corresponde às responsabilidades estimadas com um dos utentes, que doou os seus bens à Instituição em troca dos seus cuidados até ao momento da sua morte.

10 - Estado

O desenvolvimento das contas do Estado

Designação	2020	2019
Activo		
IRC - Retenções na Fonte		
IRC - Pagamento por conta		
IVA - Imposto valor acrescentado		
Passivo		
IRC - Imposto estimado		
IRS - Trabalho Dependente	9 644,52	9 096,24
IRS - Trabalho profissional	295,97	254,83
IRS - Predial	309,57	309,57
Imposto de selo sacos plasticos	49,92	230,80
IVA - Imposto valor acrescentado	8 147,23	3 734,58
Segurança social	40 238,97	38 454,33
Saldo	-58 686,18	-52 080,35



11 - Financiamentos

O desenvolvimento das contas de financiamentos obtidos é o seguinte:

Designação	2019	Aumentos	Reduções	2020
Fornecedores	174 851,63	65 752,83	55 412,14	185 192,32
Farmácia	108 271,19	28 806,76		137 077,95
Outros	41 690,81		17 465,00	24 225,81
Fornecedores de Investimentos	24 889,63	36 946,07	37 947,14	23 888,56
Instituições Bancárias	127 468,64	1 152,83	12 054,45	156 039,32
BES	127 468,64	1 152,83	12 054,45	116 567,02
LIVRANÇAS	127 468,64	1 152,83	12 054,45	116 567,02
MONTEPIO GERAL				
VIATURAS (3)	50 254,21		10 781,91	39 472,30
Total	302 320,27	66 905,66	67 466,59	341 231,64

12 - Outras Conta a Pagar

O detalhe das outras contas a pagar é o seguinte:

Plano Contas	Entidades	Saldos
272212	Remunerações a liquidar	-342 070,39
27221908	EDA	
27221910	Praia Ambiente	
27221914	Correcção retroativos	
27221916	Salão Teatro Praiense	
27221917	Rendas	
27811083	Èrica Silva	
27811999	Diversos Utentes Tueri	33 421,72
2782103	Sindicatos	
27870014	Francisco Ferreira	
27870015	Domus Spei - Dr. Alvarino	
27870029	Daniela Quadros	
27880665	Francisco A.L. Ourique	
27890012	Donativos ASTP	
2789007	Restituição Iva	
2789998	Diferenças Resumos de Vendas	
Total		-308 648,67



13 - Custo das Vendas

Desenvolvimento do custo das mercadorias vendidas

Designação	Mercadorias	Mat. Primas, subsid. E mat. Diversos
Existências iniciais	245 289,40	10 066,30
Compras	1 617 446,04 €	143 185,69
Regularização de existências	13 889,47 €	
Existências finais	257 207,36	11 129,09
Custos no exercício	1 619 417,55	142 122,90

14 - Rédito

Desenvolvimento dos réditos operacionais

Designação	2020	2019
Vendas	2 116 689,48	2 040 608,20
Serviços prestados	191 668,02	283 861,82
Subsídios à exploração	1 870 396,00	1 650 618,96
Total	4 178 753,50	3 975 088,98

15 - Reconhecimento de gastos e perdas e de rendimentos e ganhos

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, independentemente da data/momento em que as transações são facturadas. São estimados os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido.

O detalhe é o seguinte:



Desenvolvimento de outros gastos e perdas e de rendimentos e ganhos

Outros gastos e perdas	Exercícios		Outor rendimentos e Ganhos	Exercícios	
	2020	2019		2020	2019
681-Impostos		320,38	781-Rend Suplementares		
682-Desc Concedidos			782-Descontos p.p. obtidos	9 620,09	7 642,46
683-Dividas incobráveis			783-Recuper dividas a receber		
684-Perdas em inventários	5 012,60	2 782,78	784-Ganhos em inventários		
685-Perdas em subsidiarias			785-Rend ganhos em subsidiar		
686-Gastos invest financeiros			786-Rend activos financeiros		
687-Gastos invest n/financeiros			787-Rend invest n/financeiros	59 965,80	77 664,95
688-Outros	33 328,34	34 614,18	788-Outros	79 400,81	116 104,79
Outros gastos e perdas	110 645,76	163 694,86	Outros rendimentos e ganhos		
Total	148 986,70	201 412,20	Total	148 986,70	201 412,20

16 - Custos com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto do período em que sejam incursos, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios e em conformidade com o método da taxa de juro efectiva.

Desenvolvimento dos gastos e rendimentos financeiros

Exercícios		Juros, e outros Rendmentos	Exercícios	
2020	2019		2020	2019
2 310,59	2 815,52	791-Juros obtidos	1 175,80	575,56
		792-Dividendos obtidos		
		793-		
2 633,68	2 669,59	798-Outros	0,29	
		Resultados Financeiros	3 768,18	4 909,55
4 944,27	5 485,11	Total	4 944,27	5 485,11



17 - Subsídios do Governo

Subsídios

Designação	2020	2019
Subsídios ao Investimento	93 000,00	8 832,27
Subsídios á exploração	1 733 513,26	1 650 618,96
Doação	43 882,74	
Total	1 870 396,00	1 659 451,23

A entidade reconhece os montantes associados aos subsídios ao investimento na conta 75 e não na conta 788.

18 - FSE

Desenvolvimento da conta Fornecimentos e serviços externos

Designação	2020	2019
Fornecimentos e serviços externos	226 548,37	288 379,88
Serviços especializados	84 439,15	105 956,69
Trabalhos especializados	15 312,33	16 287,39
Publicidade e propaganda	3 311,52	1 821,26
Vigilância e segurança	860,95	4 202,77
Honorários	27 547,58	30 110,66
Conservação e reparação	20 936,94	33 391,56
Outros	16 469,83	20 143,05
Materiais	18 726,89	18 700,61
Ferramentas e utensílios	12 284,12	10 116,77
Livros e documentação técnica	656,75	648,97
Material de escritório	4 355,41	6 957,54
Artigos para ofertas	1 430,61	967,76
Outros		9,57
Energia e Fluidos	50 781,09	58 044,01
Electricidade	32 606,26	35 672,74
Combustíveis	14 772,94	17 753,73
Água	3 401,89	4 617,54
Deslocações, estadas e transportes	545,35	556,30
Serviços diversos	72 055,89	105 122,27
Rendas e alugueres	38 485,08	36 300,28
Comunicações	15 257,24	38 779,50
Seguros	6 545,21	8 101,52
Contencioso e Notariado	1 075,50	672,80
Despesas de representação	1 487,91	6 682,71
Limpeza, higiene e conforto	9 179,47	14 573,66
Outros		11,80
	25,48	
Total	226 548,37	288 379,88



19.- Gastos com Pessoal

O detalhe de gastos com pessoal é o seguinte:

Designação	2020	2019
Remunerações do Pessoal - Vencimentos	1 245 971,17	1 195 874,11
Remunerações do Pessoal - S. Férias	116 639,17	122 689,57
Remunerações do Pessoal - S. Natal	106 622,01	106 925,67
Remunerações do Pessoal - S. Alimentação	90 269,19	86 673,58
Remunerações do Pessoal - Horas Extras	42 279,36	31 775,07
Remunerações do Pessoal - Sub. De Turno	43 213,81	41 453,94
Remunerações do Pessoal - Sub. Transporte	3 486,89	1 369,90
Remunerações do Pessoal - Abono para Falha	550,00	514,22
Remunerações do Pessoal - Isenção Horário	5 968,75	7 003,92
Remunerações do Pessoal - Prêmios/Gratific,	12 785,48	8 838,12
Remunerações do Pessoal - Trabalho em Ferias		717,23
Vencimentos eventuais	4 124,06	24 636,80
Remunerações do Pessoal - Outros	1 473,47	379,47
Encargos sobre Remunerações - Pessoal	380 075,48	353 913,93
FGCT - Fundo Garantia Compensação Trabalho	72,95	100,09
Seguro de acidentes no trabalho	8 234,42	9 177,13
Total	2 061 766,21	1 992 042,75

O número médio de colaboradores em 2020 foi de 107, (2019 - 109).

20. - Movimentos nos Fundos Patrimoniais

Rubricas	Posição inicio do Período N - 1	Aumentos	Diminuições	Posição dos Fundos Próprios
51 - Fundos Próprios	2 883 178,04	25 239,75		2 908 417,79
53 - Prestações Suplementares				
56 - Reserva Legal				
59 - Outras Variações dos Fundos Próprios	1 281 543,21	100 862,21	80 242,12	1 302 163,30
88 - Resultado líquido do exercício	25 236,75	109 106,85	25 236,75	109 106,85
Total	4 189 958,00	235 208,81	105 478,87	4 319 687,94



21. - Acontecimentos após a data do balanço

Não ocorreram acontecimentos após a data de balanço que impliquem ajustamentos ou divulgações adicionais para além do que já está refletido nas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão em 31/03/2021.

O Contabilista Certificado,

O Provedor,

Francisco José de Sousa, Viseiro

Conta de Gerência de 2020

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal reuniu no Salão Nobre da Sede da Santa Casa da Misericórdia, na Cidade da Praia da Vitória, pelas 11h do dia de ontem, 30 de Março de 2021, emitindo o presente parecer, com base na apreciação dos quadros e demais elementos fornecidos pela Gestão e Responsável contabilístico da Instituição e, como habitualmente, na presença do Senhor Provedor, Francisco Jorge da Silva Ferreira. O quórum do Conselho foi assegurado pelos dois membros subscritores do Parecer.

I- ANÁLISE

As Contas respeitantes ao exercício de 2020 apresentam-se, formalmente, conforme os métodos e critérios recomendados, revelando, como sempre, uma preocupação de fornecer os elementos informativos sobre a vida económica e financeira da Santa Casa de forma bastante desagregada e com as explicações julgadas mais úteis na sequência do diálogo naturalmente estabelecido, o que permite uma análise pormenorizada a cada uma das valências em que se desenvolve a actividade da Instituição.

O Resultado Líquido da Santa Casa da Misericórdia, segundo as Contas apresentadas, situou-se, a 31 de Dezembro de 2020, nos 109 mil Euros o que para além do seu excelente significado absoluto compara de forma muito positiva com os 25 mil euros positivos do ano de 2019. Se enquadrarmos a actividade desenvolvida pela Instituição num ano de Pandemia com os reflexos que tal situação acarretou para o comportamento de algumas Valências, então o resultado financeiro global ainda tem um carácter mais extraordinário.

A desagregação das Contas pelas diversas Valências da Instituição permite constatar que para a obtenção deste resultado financeiro global contribuíram naturalmente e sobretudo as Contas referentes ao Grupo Farmácia e aos Rendimentos do Património. A outra vertente de receita própria que seria o Etis-CES, compreensivelmente, em razão do efeito da Pandemia, teve um resultado negativo significativo. Por sua vez, a Rede Educativa passou a apresentar um quadro de desejável equilíbrio, graças à compreensão e sensibilidade da Ex-Secretária Regional da Tutela para com a situação específica desta Santa Casa. De resto, a boa colaboração com a Tutela permitiu, no mesmo ano, criar as condições para o enriquecimento patrimonial desta Instituição com a aquisição do excelente prédio, no centro da Cidade, onde funciona o Projecto Fortis.

No que respeita ao Balanço, importa realçar que a Santa Casa para além de cumprir com regularidade para com os seus Fornecedores continua a apresentar uma situação equilibrada e muito positiva para enfrentar quaisquer imprevistos que possam ocorrer.

II - CONCLUSÕES


Os valores apurados neste exercício de 2020, de acordo com as Contas apresentadas, revelam, mais uma vez, um excelente Resultado Líquido de Exploração a par do empenho que a Mesa Administrativa da Instituição e os seus Quadros Superiores e Colaboradores continuam a revelar na melhoria da qualidade dos serviços prestados pela Santa Casa.

III – RECOMENDAÇÕES

O Conselho Fiscal dá parecer favorável às Contas da Gerência referentes ao ano de 2020 e recomenda a sua aprovação pela Assembleia Geral dos Sócios da Instituição.

Praia da Vitória, 30 de Março de 2021

O Conselho Fiscal


Alvarino M Pinheiro
Presidente


Ricardo Barros
Vogal

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

(DRAFT)

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA PRAIA DA VITÓRIA (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2020 (que evidencia um total de 5.265.338,94 euros e um total de capital próprio de 4.319.684,94 euros, incluindo um resultado líquido de 109.106,85 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA PRAIA DA VITÓRIA em 31 de Dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

Os recentes desenvolvimentos resultantes da pandemia COVID-19 têm um impacto significativo na saúde das pessoas e na sociedade como um todo, aumentando a incerteza sobre o desempenho operacional e financeiro das Organizações, quer a nível mundial, quer, mais concretamente, a nível

regional. Nesta data não é ainda possível quantificar os eventuais efeitos desta situação na atividade futura da Entidade, não sendo, contudo, expectável que sejam relevantes.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de atividades e contas nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;

- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

ANTUNES RODRIGUES & CÉLIA CUSTÓDIO, SROC. LDA

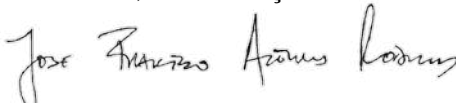
Inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 318 / CMVM 20170016

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de atividades foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 31 de Março de 2021



ANTUNES RODRIGUES & CÉLIA CUSTÓDIO SROC, Lda.

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

representada por José Francisco Antunes Rodrigues

ROC n.º 998